PRIMEIRA PENITENCIÁRIA ABERTA DO SERTÃO: UMA PENITENCIÁRIA NO MEIO DO CAMINHO DA REPRESA

Itala Silvana de Oliveira Paes Barreto[1]

RESUMO: Esta pesquisa aborda a construção da primeira penitenciária aberta do sertão, em Floresta, Pernambuco, às margens do rio São Francisco, no período de 1972 até sua inundação no ano de 1988. A Penitenciária de Floresta, construída para descentralizar o sistema penitenciário de Recife, foi uma das várias penitenciárias construídas no agreste e sertão pernambucano, que beneficiaria os apenados daquelas regiões que cumpriam a sentença longe de seus familiares, o que favorecia o êxodo deles aumentando a marginalização na cidade, ocasionada pela falta de recursos dessas pessoas para sobreviver sem o chefe da família. A pesquisa documental e encontra-se em fase de levantamento de dados junto aos jornais da época, porém foi constatado que a penitenciária do sertão foi inaugurada, mas em seguida foi inundada pela construção de uma barragem de Itaparica projetada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, exatamente na área onde havia sido destinada à penitenciária.

PALAVRAS-CHAVE: Penitenciária Aberta do Sertão. Barragem de Itaparica. História de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca elucidar as razões que objetivaram a construção de uma penitenciária agrícola, nas margens do rio São Francisco, quando já havia por parte da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, planejamento de construção ao longo do rio de várias barragens, já que aproveitaria o curso das águas para gerar energia e abastecer a região, sendo necessário para o desenvolvimento das cidades.

Ocorre que após a inauguração da Penitenciária Aberta do Sertão (PAS) em março de 1975, foram iniciadas as obras da barragem de Itaparica, cuja inauguração, ocorrida na década seguinte, resultou na inundação da PAS. O trabalho busca elucidar as razões que justifiquem a paradoxal "destruição" desse aparato penitenciário, que segundo Alexandre de Almeida Barbalho (2005, p. 139), foi construído de acordo com

[1] Mestranda do PPGH-UNICAP. E-mail: italasilvana@gmail.com

os mais avançados padrões da época e com capacidade de absorver apenados de aproximadamente cinquenta municípios.

Faltou interação do Governo do Estado com a companhia CHESF? Pois, desde 1911 teve início a construção de Barragem ao longo do rio São Francisco. Sendo a primeira Angiquinho I em 1911, Angiquinho II em 1915, Itaparica Antiga (Petrolândia) em 1932, Usina Piloto Paulo Afonso e em seguida as Usinas Paulo Afonso I em 1948, Paulo Afonso II em 1955, Paulo Afonso III em 1966, Moxotó em 1971, Paulo Afonso IV em 1975, Sobradinho em 1973 e Itaparica (Pernambuco) em 1979 e Xingó em 1987. (MENEZES; MARQUES; SANTOS, 2018, p. 65).

O Norte do Brasil sempre foi uma terra de poucas chuvas e em 1877 houve uma grande seca que foi divulgado pelo mundo como o maior período sem chuvas na região e duraram alguns anos. Falta de chuvas, sempre foi uma constante no Nordeste, a seca trouxe a fome e a morte para a região, daí surgiram as barragens do rio São Francisco (RSF).

Durante a ditadura militar em 1967, foi escolhido o Vale do São Francisco para implantar um sistema de desenvolvimento da região do Nordeste. Em 1945 havia sido criada a CHESF e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) criada em 1948 para implantar políticas de desenvolvimento e regularizar o curso do RSF e da sua vazão, porém a CVSF foi extinta em 1967e entra em operação a CHESF com a construção de barragens no rio e nos seus afluentes, para irrigação e gerar energia elétrica para toda a região Nordeste. (VIANA Junior, 2018, p.18).

O recorte temporal tem início no ano de 1970 quando surge a necessidade de ampliação da malha penitenciária do Estado, pois a CDR já dava sinais de superlotação. Com a construção da PAS e sua inauguração 1975, em 1979 inicio da construção da barragem de Itaparica, inaugurada em 1988, ano que a CHESF com um reservatório de 150km2 de cumprimento alagou 834 km2 de terras de boa qualidade:

> Delas foram deslocadas 10.500 famílias – cerca de sessenta e cinco mil pessoas das zonas urbanas e rurais dos municípios de Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco, e os de Glória, Rodelas e Chorrochó, na Bahia. Quatro

> cidades desapareceram, replantadas em outros locais com os pré-nomes de Nova (Rodelas e Glória, na Bahia, e Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco). Esse processo não inundou apenas as cidades e sua história, alagaram almas, gentes e identidades. (MARQUES, 2018, p. 73).

Essa pesquisa é inovadora, pois ainda não há nenhum trabalho publicado sobre essa PAS, a primeira do Brasil, que ficou conhecida na região pelo projeto revolucionário pelo fato de não ter grades e oferecer uma vasta área de cultivo de produtos agrícolas e de área de criação de animais. Produtos para o consumo dos presos e venda do excedente para população em geral. (DP, 02/06/ 1977, p. 4).

Portanto, pretendemos trabalhar com pesquisa em livros, jornais, revistas, no site da Hemeroteca digital, o Arquivo Público Jordão Emerenciano (APEJE), o Arquivo Público Municipal do Recife. A pesquisa multidisciplinar onde buscamos um diálogo com historiadores e autores de outras áreas e com teóricos para um melhor entendimento dos fatos históricos.

Durante a pesquisa verificamos a importância da luta dos ribeirinhos para serem ressarcidos pelas terras que foram inundadas pela barragem, que durou aproximadamente dez anos, causando insegurança e fome, pois foram desapropriados com a promessa de receber uma nova, chamada de Agrovila, área para moradia, cultivo agrícola e criação de animais, atividade que fazia parte de suas vidas para manutenção das suas famílias.

CONSIDERAÇÕES DO MOMENTO HISTÓRICO DO RECIFE

Como nos aponta o historiador Luís Manuel Domingues do Nascimento (2004, p. 74), o Recife na época da ditadura militar que inicia em abril de 1964 a março de 1985, época do “milagre econômico”, os direitos dos mais pobres eram relegados havia muita burocracia na seguridade social que procrastinavam a efetivação dos direitos das pessoas de baixa ou nenhuma renda, em relação aos empresários e produtores abastados.

Entretanto, quando um empreendedor precisava de financiamento para compra de maquinários e insumos, todas as portas eram abertas, pois o governo no afã de passar

uma imagem de país desenvolvido que financiava a juros baixos, projetos das grandes empresas capitalistas. Eram financiamentos, isenções, incentivos fiscais com todas as facilidades para os capitalistas e empresários.

Ainda conforme Nascimento (2004, p. 75), na década de 1970, surgia no Recife os bairros nobres como Espinheiro, Boa Viagem, Aflitos, Rosarinho, etc. com seus casarões, em plena expansão imobiliária e financiamentos do Banco Nacional da Habitação (BNH), para moradias de todas as classes, surgem também as avenidas, os viadutos e o calçamentos das ruas para a circulação dos carros novos:

> O Recife, inserido num país que crescia a uma média de 11%do PIB ao ano, entre 1970 e 1973, passava a não mais ser governado e sim gerenciado pelos parâmetros da eficiência e racionalidade, livrando-se assim das rugas das administrações politizadas e/ou tidas como populistas pelos gerentes das cidades, mesmo aqueles, como Augusto Lucena, que com suas políticas clientelistas, assistencialistas e autoritárias, romperam as barreiras que ainda resistiam ao processo de modernização. (NASCIMENTO, 2004, p. 28)

Enquanto isso no campo...

A historiadora Tatiana Valença Ferraz (2004 p. 20) nos traz uma visão da cidade de Floresta, situada no interior da região do Nordeste, no Vale do São Francisco, banhada pelo rio São Francisco que é de suma importância no processo de integração do Brasil. Nasce em Minas Gerais, tem 2.700 km de cumprimento e a área de sua bacia mede 640.000 km, com um percurso que passa pelos estados de Bahia, Alagoas, Pernambuco, Sergipe e deságua no oceano Atlântico.

A cidade de Floresta surgiu às margens do rio Pajeú, principal afluente do rio São Francisco, maior curso de água da região de Floresta no século XVIII na localidade de Fazenda Grande. De clima semiárido, Floresta dispõe de jazidas de ferro, granito e pedreiras de calcário. As famílias pioneiras da região são os Lopes Diniz, os Menezes, os Novaes, os Gomes de Sá, os Ferraz e os Silva Leal. (FERRAZ, 2004, p. 37).

Durante o período da ditadura militar, após o golpe de 1964, havia muita pressão dos militares e latifundiários contra os camponeses[2], que eram os trabalhadores do campo. Apoiados por movimentos da via campesina: Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), vários sindicatos, movimento dos sem terra e partidos políticos, empreendiam uma luta pelo direito à terra e direitos trabalhistas como os outros trabalhadores da cidade. Período que surge a Pastoral da igreja Católica, para defender os direitos dos campesinos. (VIANA JÚNIOR, 2018, p. 37).

Muitos perderam suas terras, foram presos ou assassinados, portanto o governo tinha interesse na construção de unidades prisionais para acomodar esses presos e conforme documento da Comissão Pastoral da Terra (CPT):

> Entre 1962 e 1989, nada menos do que 1.566 trabalhadores rurais foram assassinados. Apesar de esses assassinatos quase sempre terem sido a mando de grandes proprietários, não se pode dissociá-los do clima geral de repressão que se abateu sobre os trabalhadores em nome da "segurança nacional". O general Castello Branco assinou a lei que criou o Estatuto da Terra, em novembro de 1964. Embora fosse mais conservadora do que o Estatuto do Trabalhador, por não enfatizar os direitos sociais, a nova lei manteve alguns direitos adquiridos pelos trabalhadores rurais. O regime militar, ciente de que a miséria no campo poderia se tornar um problema político grave, até esboçou um conjunto de políticas sociais para o trabalhador rural. Entre elas, estava o Programa de Distribuição de Terras (Proterra) e o Fundo do Trabalhador Rural (Funrural), nos anos 1970. Mas isso não foi suficiente para mudar o quadro vigente de exploração e miséria. Apesar da repressão violenta, as lutas dos trabalhadores rurais da Zona da Mata nordestina não cessaram de todo logo depois do golpe. Em 1968, houve uma greve de 10 mil canavieiros no Cabo, em Pernambuco. Elas não pararam por completo, mas, assim como outros movimentos, tiveram um recolhimento forçado nos anos de chumbo da ditadura.[3]

[2] Forma de se referir às pessoas que viviam no campo, pequenos agricultores. Essa nomenclatura foi deliberadamente modificada para "pequeno produtor rural" numa tentativa de afastar o termo de uma conotação política.
[3] Repressão após o golpe. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/. Acesso em: 18 nov. 2020.

O CENÁRIO PRISIONAL DO RECIFE

O Governador Nilo de Souza Coelho, (1920 – 1983), político do partido ARENA-Aliança Renovadora Nacional, indicado pelo então Governador Paulo Guerra para as eleições indiretas para ocupar o cargo de governador do Estado de Pernambuco, foi eleito e empossado em 1967[4]. Durante seu governo foi criado o Projeto Massangano, que depois chamado de Projeto Senador Nilo Coelho, formado pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) com 20.000 hectares irrigados para plantio de várias culturas. Foi durante a sua permanência no cargo que foi criado o projeto da penitenciária do sertão, para receber os presos da Casa de Detenção do Recife (CDR), antiga cadeia, hoje Casa da Cultura de Pernambuco, que seria fechada. (DP, 13 maio 1970, p. 4).

Consequentemente, com o fechamento da CDR em 1973 depois de mais de um século de funcionamento, a casa estava superlotada e em péssimas condições de funcionamento, precisando de reforma. Também, o fato de ser localizada no centro da cidade, causava transtorno aos moradores e aos comerciantes locais que temiam pela sua segurança, pois poderia haver motins, fugas, etc.

A cidade do Recife passava por grandes transformações nessa época e então a necessidade de aumentar a oferta de mais presídios devido ao momento político, inclusive no sertão, pois os latifundiários ocupavam áreas para plantio de cana de açúcar para produção de álcool, expulsando os agricultores de suas terras e de acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre os anos de 1962 a 1989, há noticia de que 1566 trabalhadores rurais foram assassinados.[5]

Assim, atendendo as necessidades do sistema prisional, várias penitenciárias foram construídas, e em março de 1972, o jornal publica a notícia que 300 presos da CDR, foram transferidos para a penitenciária Agrícola de Itamaracá, e o secretário do

[4] Nilo Coelho foi eleito de forma indireta após o golpe Militar, com o aumento do número de presos e a decadência da Casa de Detenção, foram construídas várias penitenciárias em Pernambuco. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=207&Itemid=1. Acesso em: 18 nov. 2020.

[5] Repressão após o Golpe. Disponível em: http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/. Acesso em: 18 nov. 2020.



Interior, José Paes de Andrade, cita Freud "um dia a Pedagogia substituirá a Penalogia" e afirmou que a CDR era "uma mancha negra para a história da cidade". (DP, 05/03/1972, p. 1)

2.1 - As Punições no tempo

É importante entender o pensamento político e social da época para entender a prisão nas suas diversas denominações, definiremos algumas dessas expressões a começar por 'cárcere', que:

> Esta palavra vem do latim *carcer*, amplamente utilizada na Roma Antiga para significar os recintos onde eram recolhidas e detidas as pessoas: prisão, calabouço e masmorra. Mas a palavra tinha uma origem mais remota e precisa: denominava inicialmente o local dos antigos circos romanos de onde os cavalos saiam para o espetáculo e/ou para uma aplicação mais minuciosa, indicavam as barreiras que formavam a pista de onde partiam os carros numa corrida para efetuarem as encenações dos espetáculos circenses romanos. [...] cárcere tanto pode significar o local onde alguém é detido e privado de sua liberdade e onde suas faculdades são inibidas, como também o lugar onde se aloja e, posteriormente, de onde se transita para o espetáculo. (NASCIMENTO, 2004, p. 18)

Para manter a ordem social, os governantes criaram regras de convivência baseadas nos seus conceitos e as pessoas que não se adequavam a elas eram segregadas e punidas de várias formas, inclusive com a própria vida, com a perda da liberdade ou de seus bens, para que servisse de exemplo para todos os que pensassem em praticar atos criminosos contra as pessoas ou o patrimônio.

Com o propósito de manter afastado da sociedade as pessoas que cometeram crimes contra a sociedade e o patrimônio, as mudanças no Código Criminal do Império que foi promulgado em 1830[6], trouxe uma mudança na forma de punir, deixando o crime de ter uma conotação moral e de pecado, acabavam as severas punições e as desigualdades na punição, exceto para os escravizados.

Logo, a forma de punição foi evoluindo e se transformando ao longo do tempo, mas nunca perdeu o seu caráter punitivo e vingativo. Com a Constituição de

[6] Criado em 1930 para substituir o livro V das Ordenações Filipinas (1603).

1891, mudanças ocorreram nos direitos civis, agora a lei previa a pena de prisão, banimento, interdição de direitos políticos, entre outros em substituição às penas aplicadas no corpo do condenado para castigá-lo tirando sua liberdade como forma de punição.

O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA PENITENCIÁRIA

A área destinada à construção foi a fazenda São Jorge com 500 hectares no município de Floresta, desalojou os ribeirinhos[7], escolhida pelo Departamento de Produção, Serviços Técnicos e Inspetoria de Presídios, [8] órgão da Secretaria do Interior e Justiça, sob a administração do Governo do Estado.

A escolha do local foi do Governador Eraldo Gueiros Leite. Ele era natural de Canhotinho no agreste e foi governador de Pernambuco de 1971 a 1975 e também era favorável a construção da penitenciária, conforme declarou numa reunião com outros membros do governo e políticos locais para analisar a problemática política-administrativa de Pernambuco, que se preocupava em não desagregar as famílias, pois quanto mais perto da família, mais fácil a recuperação do apenado e mais difícil dele empreender fuga. (DP, 14 ago 1973, p.1)

A CHESF inicia as obras de Itaparica em 1979 e os custos de desapropriação eram enormes e a Companhia tinha pressa na conclusão das obras, pois a população estava começando a participar de associações formais ou informais para barrar o impacto das perdas sociais e ambientais, quando a CHESF estabeleceu o reassentamento e deslocamento forçado dos moradores, inclusive de indígenas. (VIANA JÚNIOR, 2018, p. 21)

Uma figura que se destaca no movimento em defesa dos ribeirinhos de Floresta é o sindicalista Fulgêncio Manoel da Silva, nascido em Floresta em 1936, esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Floresta, desde 1979 quando

[7] Nomenclatura usada para se referir aos agricultores, pequenos produtores rurais, camponeses.
[8] Sistema Penitenciário do Estado, sob a orientação do Governador Eraldo Gueiros Leite, o Secretário José Paes de Andrade administram o Sistema Penitenciário juntamente com outros três departamentos: o Departamento de Produção, Serviços Técnicos e Inspetoria de Presídios.

iniciou a luta da desapropriação dos ribeirinhos para a construção da barragem de Itaparica.

Fulgêncio participou de várias reuniões com a CHESF, sendo a voz dos ribeirinhos na negociação para conseguir os direitos dos atingidos de receber casa e terra nas agrovilas, além de indenizações, linha de crédito para os recém assentados, assistência técnica, a participação da comunidade e das entidades sindicais, sendo depois escolhido como Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Boa Vista.

Fulgêncio Manoel da Silva era sindicalista e Presidente do Diretório municipal do PT de Santa Maria da Boa Vista (PE) foi assassinado em 18 de outubro de 1997 aos 61 anos, vitima de um tiro nas costas. A polícia da época suspeitou que o agricultor e sindicalista foi vítima de assassinato por lutar contra o plantio e tráfico de maconha no sertão de Pernambuco.(Folha de São Paulo, 1997)[9]

PENITENCIÁRIAS DO ESTADO INAUGURADAS

A CDR estava sendo desocupada, na medida em que as penitenciárias eram inauguradas. Na tentativa de melhoramento do sistema prisional, o governo de Eraldo Gueiros construiu e reformou várias penitenciárias em Pernambuco. A penitenciária de Itamaracá, a de Canhotinho no agreste e a de Floresta no sertão, já concluída em 1974, previa ser autossustentável, pois seria oferecida aos presidiários a oportunidade de trabalhar com criação de caprinos, plantações de melões, cebola e uvas. (DP, 29/12/1974, p. 2).

Finalmente inaugurada em 12 de março de 1975, em discurso o Governador Eraldo Gueiros diz que “aqui às margens do São Francisco, ergue-se a penitenciária do sertão, erigida não para que envelheçam nela os que erraram, mas para redimir o homem e restituir-lhe o supremo bem da vida: a liberdade”, com um custo de Cr$ 1.6 milhão para em breve espaço de tempo ser inundada. (DP, 12/03/ 1975, p. 12).

[9]Folha de São Paulo relatou a morte do sindicalista, como suspeita de assassinato por combater a plantação de maconha na região, hoje conhecida como polígono da maconha.

A CHESF planejou e construiu a barragem de Itaparica passando nas áreas onde o governo havia construído a penitenciária. Terras muito produtivas de onde os ribeirinhos produziam para seu consumo e venda do excedente. Em 1979, a área foi desapropriada e uma população de 120 mil pessoas atingidas diretamente, tendo início a saga desses sertanejos de Floresta, para receber uma casa na agrovila e terras para recomeçar a plantar.

Houve um grande descaso da CHESF com os transtornos causados a população ribeirinha, que naquele momento milhares de famílias passavam fome e desespero por conta da construção:

> [...] desprezo tecnocrático pelo povo, a satânica preocupação apenas com os mentirosos índices econômicos e a valorização de um progresso desumano fizeram os decisores, os técnicos e também os capatazes daquela grande empresa, agirem de forma que a construção de uma única barragem levou a fome e o desespero para milhares de famílias, para mais de sessenta mil pessoas, conforme as denúncias comprovadas de setores da igreja católica e de outras pessoas que têm respeito humano. (DP, 07/ 01/1980, p. 11).

A barragem de Itaparica[10] atingiu ao todo sete Municípios, sendo quatro em Pernambuco e três na Bahia, num total aproximado de cento e dezesseis mil pessoas atingidas diretamente. O que levou a pastoral da terra a se reunir com a população para reivindicar providências e denunciar a CHESF, por não estar cumprindo o que prometeu a população e agir de forma arbitraria, segundo eles. (DP, 01/07/1980, p. 5)

A luta pelo reassentamento durou anos, em razão de muitos moradores e agricultores das terras inundadas pela CHESF, serem posseiros e não possuírem a documentação de propriedade da terra que cultivavam e residiam. A obra de construção da barragem foi interrompida várias vezes e se arrastou até 1985 e só entrou em funcionamento em 1988.

[10] A partir da construção da barragem de Itaparica, foram atingidas grandes áreas rurais e urbanas.

Para a construção da barragem o governo precisou desapropriar as terras ribeirinhas e todo o processo torna-se mais lento por falta de verba, pela necessidade e fome as pessoas que foram desapropriadas começam a gritar por providência; a lentidão das obras, a falta de chuvas e a incerteza, torna a vida sertaneja ainda mais difícil. Sem plantar seu alimento eles não têm como sobreviver e as obras emergenciais não são mais suficientes e eles desejam atitudes mais efetivas do governo.

Em outubro de 1987, numa reportagem é revelado que a penitenciária de Floresta, após dez anos de construída, permanece ainda desocupada, porque "a área seria inundada quando da construção da barragem de Itaparica [...] isso aconteceu há dez anos e até hoje a inundação não aconteceu, o que, segundo as autoridades federais, ocorrerá, possivelmente no próximo ano, caso não ocorra novo corte de verbas orçamentárias." (DP, 11/10/1987, p. 5).

Houve inclusive um pedido de abertura de inquérito pelo líder do partido MDB, o Deputado João Ferreira Lima que acusou o ex secretário de Justiça José Paes de Andrade de haver construído a PAS mesmo sabendo que ela estaria em terras onde seria alagada pela barragem de Itaparica, segundo o deputado a própria população ribeirinha comentava o fato. (DP, 22/11/ 1975, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que havia grande interesse do Estado na construção de várias penitenciárias para encarcerar seus condenados. Os projetos foram concluídos a exemplo da PAS, porém devido a barragem, não houve por parte da população carcerária do sertão, o aproveitamento do que seria um benefício.

Ao contrário, gerou pobreza, fome e luta que se estendeu para que a situação fosse se não resolvida totalmente, mas reorganizada. Uma brusca mudança na vida daquelas pessoas que precisaram se unir, se organizar por meio de sindicatos e organizações para reaver o que haviam perdido para as barragens.

Sabemos que a construção de barragens no rio São Francisco teve início em 1911em Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Xingó. A barragem de Itaparica,

que teve início em 1979, atingiu 65.000 pessoas, numa área de 834 km 2, inclusive 669 índios da tribo Tuxa quando foi inundada a área em 1988. Poucos anos após a inauguração da PAS. (MARQUES, 2018, p. 65).

Todos os impactos causados pelos barramentos da região causaram grandes danos na vida daquelas pessoas. As perdas reclamadas por moradores ribeirinhos são também ligadas à memória. Suas casas, suas plantações, igrejas, escolas, cemitério e a penitenciária, tudo inundado. Em Floresta, apenas uma parte da região foi inundada e sua população, relocada para agrovilas irrigadas.

O que foi idealizado para melhorar a vida da população estava trazendo transtornos irreparáveis, para recomeçar uma nova vida nas agrovilas seria necessário, além da irrigação, pois a terra árida e improdutiva precisava não apenas de irrigação, mas fertilização para plantar tudo novamente. Todo esse movimento de mudanças atingiu negativamente os mais idosos que deixaram suas lembranças nas casas que viveram e que viam agora serem inundadas.

Para os apenados, a oportunidade da PAS estava acabada, seriam levados para outras localidades e os problemas ainda seriam maiores agora, pois a mudança atingia toda comunidade ribeirinha que agora teria que se adaptar a uma nova realidade. A CHESF ainda levou anos para concluir grande parte das barragens e indenizações dos ribeirinhos.

Vemos assim, que o projeto de desenvolvimento de obtenção de energia elétrica com as construções das barragens, tornou-se mais importante na visão do Governo do Estado, apesar do esforço na construção de várias penitenciárias no estado de Pernambuco, tornou-se necessária para reprimir aqueles que buscavam seus direitos territoriais e políticos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria do Carmo. Nilo Coelho. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/. Acesso em: 6 ago. 2009.

BARBALHO, Alexandre Almeida. Corpos e mentes dilacerados: o grotesco nas imagens da seca de 1877. **Trajetos**: revista de História da UFC, Fortaleza - CE, 2005. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19985: Acesso em: 28 nov. 2020.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 14/08/1973, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=Penitenci%C3%A1ria%20o%20Sert%C3%A3o&pagfis=46010. Acesso em: 05dez 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1977, p. 4. disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=%22penitenci%C3%A1ria%22%20%22cebola%22&pagfis=101334. Acesso em: 28 nov. 2020

DIARIO DE PERNAMBUCO, 05/03/1972, p. 1. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20cadeias%20e%20penitenci%C3%A1rias%20em%20pernambuco&pagfis=25222. Acesso em: 25 out. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 30 ago 1972, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=Itamarac%C3%A1%20receber%C3%A1%20300%20presos&pagfis=31707. Acesso em: 30 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 29 dez 1974, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=Penitenci%c3%a1ria+Floresta+INAUGURA%c3%87%c3%83O&pagfis=65043 acesso em: 09 nov 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 07/01/1980, p. 11. Disponível em : http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pagfis=341, Ano 1980\Edição 00006 (2). Acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 01/07/1980, p. 5. Disponível em: : http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&pesq=%22pastoral%20da%20terra%22%20%22Itaparica%22&pagfis=10448. Acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 11/10/1987, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22Barragem%20de%20Itaparica%22&pagfis=125935, Ano 1987\Edição 00279 (1). Acesso em: 09 nov. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 22/11/1975, p. 5. Disponível em : http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&Pesq=%22Penitenci%c3%a1ria%20de%20Floresta%22&pagfis=77476. Acesso em: 20 out. 2020.

DIARIO DE PERNAMBUCO, 12/03/ 1975, p. 12. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_15&pesq=penitenci%C3%A1ria%20do%20sert%C3%A3o%20foi%20inaugurada%20em%201975&pagfis=67693. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERRAZ, Tatiana Valença. **A formação da sociedade no sertão pernambucano**: trajetórias de núcleos familiares. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7841/1/arquivo7773_1.pdf. Acesso em: 18 nov. 2020.

MARQUES, Juracy. Barramentos do São Francisco. *In:* MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.

MENEZES, Luciano Silva; MARQUES, Juracy; SANTOS, Robson Marques. Remoções de Barragens e Restaurações de rios. *In:* MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventários dos feitos modernizantes da cidade do Recife:** Sobre as mediações históricas entre a história recente do Recife e o Romance a Rainha dos Cárceres da Grécia, de Osman Lins. TESE (Doutorado – História - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7422. Acesso em 15 jul. 2020.

VIANA JÚNIOR, Aurélio. Grandes Projetos e modernização compulsória no rio São Francisco. *In:* MEZEZES, Luciano; MARQUES, Juracy; ALMEIDA, Alfredo. **Barrando as Barragens**: o início do fim das hidrelétricas. 2ª ed.: UEA, Manaus: Edições/PNCSA, 2018.